

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas do Banco Votorantim S.A. (Banco) relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2015 (1S15) e 2014 (1S14), acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

1. Ambiente Econômico e Setor Bancário

O 1S15 foi caracterizado por intensos ajustes na política econômica brasileira. Foram lançadas diversas medidas visando trazer um novo equilíbrio ao quadro macroeconômico em face ao cenário adverso instalado. O setor externo pouco impulsionou a economia doméstica, pois importantes economias globais ainda hesitavam quanto a uma firme tendência de crescimento enquanto outras se aprofundaram num processo de desaceleração. Os preços das commodities permaneceram em patamares baixos e o Real se desvalorizou 16,8% no período, para R\$ 3,10 por dólar americano. Por outro lado, o prolongamento do ambiente de taxas de juros muito próximas de zero nas principais economias mundiais manteve a volatilidade dos ativos financeiros em níveis controlados, favorecendo os ajustes das políticas monetária, fiscal, cambial e creditícia locais, além de preços administrados.

Internamente, o governo brasileiro se apressou em dar um importante sinal de responsabilidade fiscal para os agentes econômicos de que não prescindiria do controle sobre o nível do endividamento público, ao buscar readequar as despesas públicas à evolução das receitas tributárias, que são muito dependentes do desempenho da economia. Neste sentido, preços relativos foram realinhados, antigas desconexões tributárias - que no passado visaram estimular o consumo - foram revertidas e programas sociais foram revisados. O Banco Central, por sua vez, também reforçou seu compromisso de restringir ao máximo a extensão desses efeitos, elevando em Jun.15 a taxa básica de juros da economia, para 13,75% a.a.

De forma similar, a população voltou a examinar suas finanças, pois o comprometimento de sua renda em empréstimos elevados, o custo do dinheiro ficou mais alto e uma carga tributária maior passou a incidir sobre os preços de bens de consumo, encarecendo-os. Conseqüentemente, o mercado de crédito passou por uma desaceleração. Em termos reais, o volume de crédito para pessoas físicas registrou aumento de 1,8%, em 12 meses até Jun.15, comparado à expansão de 6,5% em 2014. O crédito para veículos, por sua vez, seguiu a tendência de queda das vendas internas de veículos leves - 20,7% no comparativo 1S15/1S14. A retração real de 12,2% dessa modalidade de crédito observada em 2014 se aprofundou para 15,9% em 12 meses até Jun.15. Porém, o nível de inadimplência em veículos ficou estável no primeiro semestre de 2015, enquanto o indicador de atraso de pessoas físicas apresentou sinais de deterioração no mesmo período.

A aprovação da primeira fase do ajuste fiscal já está em andamento no Congresso, com poucos itens pendentes. O governo então poderá voltar suas atenções para as medidas de estímulo ao crescimento econômico, incentivando especialmente os investimentos. Estão em preparação novos projetos de concessões de empreendimentos públicos para o setor privado, como rodovias, ferrovias e aeroportos. Também está em discussão a simplificação de alguns tributos, o que tende a melhorar a produtividade das empresas, beneficiando a perspectiva de crescimento dos próximos períodos.

2. Principais Informações - Posição consolidada

	1S14	1S15	Variações
RESULTADOS (R\$ MILHÕES)			
Margem financeira bruta (a)	3.089	2.577	-16,6%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PDD (b)	(1.570)	(1.203)	-23,4%
Resultado bruto da intermediação financeira (a - b)	1.518	1.374	-9,5%
Receita de prestação de serviços ¹	450	463	2,9%
Despesas administrativas e de pessoal	(1.175)	(1.190)	1,3%
Resultado operacional	308	348	13,0%
Lucro líquido (Prejuízo)	292	268	-8,2%
INDICADORES GERENCIAIS (%)			
Retorno sobre Patrimônio Líquido Médio ² (ROAE)	8,1	7,1	-1,0 p.p.
Retorno sobre Ativo Total Médio ³ (ROAA)	0,6	0,5	-0,1 p.p.
Índice de Basileia	15,1	14,9	-0,2 p.p.

BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ MILHÕES)			
Total de ativos	96.284	103.335	7,3%
Carteira de crédito classificada	53.604	51.761	-3,4%
Segmento Atacado	17.163	16.675	-2,8%
Segmento Varejo	36.440	35.086	-3,7%
Garantias prestadas	10.148	9.344	-7,9%
Recursos captados	71.677	73.980	3,2%
Patrimônio líquido	7.587	7.847	3,4%
Patrimônio de Referência	11.052	10.967	-0,8%

INDICADORES DE QUALIDADE DA CARTEIRA CLASSIFICADA (%)			
Operações Vencidas há +90 dias/Carteira de Crédito Classificada	6,6	5,2	-1,4 p.p.
Saldo de Provisão/Operações Vencidas há +90 dias - Índice Cobertura	119	141	22,5 p.p.
Saldo de Provisão/Carteira de Crédito Classificada	7,8	7,4	-0,4 p.p.
OUTRAS INFORMAÇÕES			
Recursos geridos ⁴ (R\$ Milhões)	40.594	43.756	7,8%

- Inclui Rendas de Tarifas Bancárias;
 - Quociente entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio do período. O indicador está anualizado;
 - Quociente entre o lucro líquido do período e os ativos total médios do período. O indicador está anualizado;
 - Inclui fundos *on shore* (critério ANBIMA) e recursos de clientes private (renda fixa, renda variável e fundos *offshore*).
- 3. Desempenho dos Negócios**
- As operações do Banco são conduzidas por meio de um conjunto de empresas controladas que atuam integralmente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos. Entre essas empresas controladas estão a BV Financeira, BV Leasing, Votorantim Asset Management (VAM) e Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.
- Tendo como acionistas o Grupo Votorantim e o Banco do Brasil, o Banco Votorantim é um dos maiores bancos privados brasileiros em ativos totais e também em carteira de crédito, e possui um portfólio diversificado de negócios de banco de atacado, financiamento ao consumo e gestão de patrimônio.
- Os resultados do 1S15 confirmam o avanço na implantação da agenda de crescimento dos resultados. Os principais destaques dos resultados do semestre foram:

- Lucro líquido de R\$ 268 milhões**, equivalente a retorno anualizado sobre o patrimônio líquido de 7,1%.
- Manutenção da qualidade na originção de financiamentos de veículos**. O Banco está desde 2011 originando financiamentos de veículos leves com qualidade e escala. A participação crescente das safas de melhor qualidade - originadas até Jun.10 e após Set.11 - contribuiu para a redução da inadimplência acima de 90 dias desse segmento nos últimos 12 meses (Jun.15: 5,1%; Jun.14: 6,5%).
- Nova redução nas provisões de crédito (PDD)**. Como reflexo da melhora da qualidade da carteira, as despesas com PDD reduziram 23,4% (R\$ 367 milhões) no comparativo 1S15/1S14. Mesmo diante dessa redução, o índice de cobertura evoluiu de 119% em Jun.14, para 130% em Dez.14 e 141% em Jun.15.

- Gestão efetiva dos custos**. As despesas de pessoal e administrativas cresceram 1,3% no comparativo 1S15/1S14, abaixo da inflação do período (IPCA de 8,9% nos últimos 12 meses). Vale destacar a redução de 20,5% nas despesas com demandas trabalhistas no comparativo semestral. Esses resultados refletem os avanços obtidos em todos os negócios do Banco.

Com sua estrutura renovada desde 2014, o Corporate Investment Banking (CIB) mantém o foco em rentabilidade por meio da disciplina no uso de capital, da precificação correta de ativos e da gestão ativa do portfólio de crédito. Posicionado entre os líderes de mercado no crédito a grandes empresas, o CIB vem buscando ampliar sua relevância por meio do fortalecimento da sua plataforma de produtos e serviços de alto valor agregado - produtos estruturados, derivativos (f Hedge), câmbio, operações de banco de investimento e distribuição local e internacional (Nova Iorque e Londres). A carteira de crédito ampliada (incluindo ações, fianças e TVM privado) do CIB encerrou Jun.15 com saldo de R\$ 31,6 bilhões, redução de 2,3% em relação a Jun.14.

A Votorantim Wealth Management & Services (VWM&S), por sua vez, manteve o foco em ser um dos melhores estruturadores e gestores de produtos de alto valor agregado. A VWM&S ocupava a 9ª posição no ranking de gestores da Anbima, encerrando Jun.15 com R\$ 43,8 bilhões em recursos geridos (R\$ 40,6 bilhões em Jun.14).

No Varejo (financiamento ao consumo), o Banco manteve o foco em assegurar a qualidade e rentabilidade das novas safras, encerrando Jun.15 com carteira classificada de R\$ 35,1 bilhões (R\$ 36,4 bilhões em Jun.14).

No negócio de financiamento de veículos, o Banco ampliou o foco em veículos leves usados - segmento no qual possui histórico de liderança e reconhecida competência - e originou R\$ 6,3 bilhões no 1S15, volume 5% menor em relação ao 1S14. Como mencionado anteriormente, o Banco tem originado financiamentos com escala e qualidade, a despeito do cenário macroeconômico mais desafiador, resultado do contínuo aprimoramento das políticas, processos e modelos de crédito.

No negócio de empréstimos consignados, o Banco continuou a privilegiar o refinanciamento de empréstimos consignados para aposentados e pensionistas, que apresentam melhor perfil de risco, além de atuar seletivamente em convênios privados e públicos.

A evolução consistente dos fundamentos do resultado contribuiu para o crescimento de 13,0% do resultado operacional no comparativo 1S15/1S14, totalizando R\$ 348 milhões. O lucro líquido, por sua vez, totalizou R\$ 268 milhões no 1S15 (R\$292 milhões no 1S14).

Adicionalmente, o Banco manteve o conservadorismo na gestão de *funding*, liquidez e capital, fortalecendo a qualidade do seu risco de crédito.

Desde o início do processo de ajuste, em Set.11, a carteira de crédito classificada reduziu 24% (Set.11: R\$ 64,0 bilhões, Jun.15: R\$ 51,8 bilhões), diminuindo a necessidade de novas captações. Diante disso, o Banco tem atuado na melhoria do perfil dos recursos captados. Nos últimos 12 meses, o Banco ampliou a participação de instrumentos com prazos de vencimento mais longos, como Letras Financeiras (LFs) e cêssões de créditos com coobrigação - que juntos representavam 45% do *funding* em Jun.15 (40% em Jun.14), bem como reduziu o volume de depósitos a prazo (CDBs), reduzindo substancialmente o descasamento de prazos entre ativos e passivos.

Em relação ao capital, o Índice de Basileia encerrou Jun.15 em 14,9%, sendo 9,6% em Capital Nível I, composto integralmente do Capital Principal. Vale destacar que o índice de capital segue 3,9 p.p. acima do mínimo regulatório, que até o final de 2015 permanece em 11%.

Nos próximos trimestres, o Banco continuará avançando na implantação da Agenda de Crescimento dos Resultados, que possui três pilares principais: (i) rentabilização dos negócios atuais e novos, (ii) aumento da eficiência operacional e (iii) aprofundamento das sinergias com o Banco do Brasil.

O Banco Votorantim, atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular no 3.068/01, do Bacen, declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" no montante de R\$ 68 bilhões, representando 28% do total de títulos e valores mobiliários."

Para informações adicionais sobre o desempenho econômico-financeiro consolidado do Banco, acesse o "Relatório Gerencial de Resultados 2T15" no site de Relações com Investidores (www.bancovotorantim.com.br/ri).

4. Agências de Rating

Em Abr.15, a agência de ratings Fitch Ratings, em função da revisão da perspectiva dos ratings soberanos de longo prazo do Brasil, alterou de estável para negativa a perspectiva dos IDRs de longo Prazo em Moedas Estrangeira e Local do Banco Votorantim.

Em Mar.15, a agência de ratings Moody's publicou sua nova metodologia de ratings de bancos, que impactou o Baseline Credit Assessment do Banco Votorantim. Com isso, em Maio.15 a Moody's rebaixou os ratings de depósito de longo prazo na escala global e de dividê sênior do Banco para Baa3, de Baa2, seus ratings de curto prazo para P-3, de P-2, e seu rating de depósito de longo prazo na escala nacional brasileira para Aa1.br, de Aaa.br. A perspectiva foi alterada para negativa como resultado do ambiente econômico considerado fraco.

Com relação à agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P), em Mar.14 a mesma rebaixou o rating soberano do Brasil de "BBB" para "BBB-". Na sequência, a S&P revisou o BICRA (Banking Industry Country Risk Assessment) do Brasil de "4" para "5" e a âncora de "bbb" para "bbb-". Esta revisão do BICRA teve reflexos nos ratings de diversas instituições financeiras, inclusive do Banco Votorantim. Em Maio.14, a S&P revisou o rating do Banco Votorantim de "BBB-" para "BBB+", com perspectiva estável.

Agências de Rating		Fitch Ratings	Moody's	Standard & Poor's
Escala Global	Longo Prazo	BBB-	Baa3	BB+
	Curto Prazo	F3	P-3	B
Escala Nacional	Longo Prazo	AA+(bra)	Aa1.br	brAA+
	Curto Prazo	F1+(bra)	BR-1	brA-1

5. Prêmios e Reconhecimentos

Seguem os principais prêmios e reconhecimentos recebidos pelo Banco e suas controladas no 1S15:

- "Top Gestão Star Ranking" (Standard & Poor's/Revista Valor Investe)**: Em Jun.15, em reconhecimento à sua excelência e consistência no desempenho, a VAM recebeu o prêmio Top Gestão 2015 - Alocação Mista Flexível, entregue aos melhores gestores da indústria brasileira de fundos de investimento com base em análise da Standard & Poor's. Além disso, na mesma premiação, 11 fundos de investimentos foram destacados com, no mínimo, 4 estrelas.
- "Top 5 do Banco Central"**: O Banco Central reconhece as cinco instituições com maior grau de acerto em suas projeções de curto, médio e longo prazo. Em Jun.15, o Banco Votorantim foi classificado em três categorias diferentes: Taxa de Câmbio, Taxa Selic e IGP-M. O ranking visa destacar as instituições que têm sido mais consistentes na assertividade das previsões, de maneira a incentivar ainda mais o investimento nas atividades de pesquisa macroeconômica.

6. Governança Corporativa

O atual modelo de governança corporativa está em contínuo aperfeiçoamento para alcançar mais robustez e transparência, assegurando agilidade nos processos decisórios - forte característica do Banco. A governança do Banco é compartilhada entre os acionistas Grupo Votorantim e o Banco do Brasil, com participação paritária de ambos no Conselho de Administração (CA) e seus Comitês de Assessoramento (Finanças e Produtos e Marketing), além dos três órgãos estatutários a seguir:

- Conselho Fiscal, órgão independente que tem a função de fiscalizar os atos de gestão administrativa;
- Comitê de Auditoria, órgão que tem entre suas atribuições avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias interna e independente, além de revisar e se manifestar quanto à qualidade das demonstrações contábeis; e
- Comitê de Remuneração e Recursos Humanos, órgão que acompanha questões relacionadas à Política de Remuneração de Administradores e práticas de RH.

Além disso, a gestão administrativa do Banco é conduzida pela Diretoria e seus respectivos órgãos internos: Comitê Executivo, demais Comitês e Comissões Operacionais subordinados, sempre envolvendo as lideranças executivas do Banco.

7. Gestão de Pessoas

A área de Recursos Humanos (RH) atua como parceira estratégica no desenvolvimento de ações que suportam o crescimento do negócio, além de proporcionar o desdobramento das diretrizes institucionais a todos os colaboradores, promovendo ações voltadas à gestão do capital humano e à manutenção dos valores e cultura organizacional.

Ao final de Jun.15, o quadro de colaboradores somava 4.705, sendo 49,7% homens e 50,3% mulheres.

As principais frentes de atuação da área de RH contemplam as iniciativas a seguir:

Captação e Retenção de Talentos: o intuito é valorizar o capital humano, trazendo profissionais com diferenciais competitivos alinhados aos valores e cultura organizacional. Também são atribuídos à área proporcionar oportunidades de desenvolvimento profissional por meio de recrutamento interno, bem como investir na contratação de jovens talentos e na diversidade.

Gestão de Desempenho: o modelo de gestão de desempenho apoia a execução da estratégia organizacional por meio do planejamento e definição de metas com apuração direcionada e avaliação de competências corporativas com o detalhamento dos comportamentos esperados para todos os colaboradores. A contratação de metas anual tem início com a divulgação clara e transparente das diretrizes institucionais, de forma a direcionar responsabilidades e desenvolvimento dos profissionais.

Remuneração: as práticas de remuneração estão alinhadas aos objetivos e estratégias do negócio e constituem estímulo para o alto desempenho, assegurando desta forma equidade interna e competitividade externa. A remuneração total é composta por remuneração fixa, incentivos de curto prazo e incentivos de longo prazo. Para os incentivos de curto e longo prazos, são considerados os indicadores de resultados da empresa e das áreas e o desempenho individual do colaborador. O modelo tem como finalidade alinhar os interesses dos acionistas e dos profissionais, estimulando a busca de resultado e cultura de alto desempenho.

Gestão de Talentos e Sucessão: o processo de Gestão de Talentos se inicia no mapeamento dos "potenciais da organização" por meio de exercícios colegiados que identificam profissionais com potencial, fornecendo subsídios para o planejamento de ações de desenvolvimento e retenção, além de subsidiar o Plano de Sucessão da Organização.

O Planejamento Sucessório é realizado anualmente, e identifica os sucessores para posições chave, tempo médio de prontidão, risco de perda, além de possíveis caminhos de carreira e desenvolvimento para ocupar a posição mapeada.

Esse modelo assegura perenidade e sustentabilidade dos negócios e da Organização, e assegura a renovação contínua de uma liderança qualificada para todas as posições chave.

Educação Corporativa

O Banco investe de forma contínua e estratégica na formação de seus colaboradores, em um modelo que estimula o desenvolvimento e fortalece os valores e cultura organizacional.

No 1S15 ocorreu o projeto de Cultura Organizacional que contou com aproximadamente 500 líderes e 8.000 horas de formação. Além disso, ocorreu a capacitação em produtos de derivativos com cerca de 2.500 horas de treinamento, 202 conclusões de cursos relacionados aos novos seguros e outras iniciativas que juntas somam um número aproximado de 17.000 horas de capacitação.

Gestão de Clima e Cultura

Com a preocupação genuína de monitorar e manter um ambiente de trabalho agradável, o Banco disponibiliza a todos os colaboradores os canais de comunicação como o contato das Consultoras de Recursos Humanos, que estão presentes em todas as áreas e a Central RH que atende aos colaboradores e gestores de forma centralizada nas questões relacionadas aos processos de Recursos Humanos. Para assegurar que o clima esteja em consonância com a cultura, os valores e as diretrizes estratégicas da organização, atuamos de forma constante na gestão e monitoramento do clima, por meio de nossa Pesquisa de Clima e dos Focus Groups realizados anualmente.

8. Sustentabilidade

O Banco Votorantim tem o compromisso de estabelecer relações éticas, transparentes e perenes em todas as suas áreas de atuação, considerando aspectos econômicos, sociais, ambientais e humanos em seus processos.

Assim, o conceito de Sustentabilidade é tratado de forma transversal pelo Banco, estando intrinsecamente ligado às práticas de negócios da instituição e ao cotidiano de suas operações.

Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental (PRSA)

Em 2014, o Banco iniciou o processo de revisão de sua Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental (PRSA) e de sua estrutura de governança específica ligada ao tema, reafirmando seu compromisso com os princípios de desenvolvimento sustentável que permeiam suas atividades e operações.

A nova versão dessa política foi publicada em Fev.15, trazendo orientações ligadas a temas como governança, gerenciamento de riscos socioambientais, relacionamento com colaboradores, clientes, fornecedores e comunidades. Para a implementação da PRSA foi definido um plano de ação que permeia todas as áreas internas e de negócios do Banco.

Panel de Especialistas (ou Consulta a Partes Interessadas)

Em Mar.15 foi realizado um painel de especialistas com a proposta de mapear as expectativas das partes interessadas sobre a atuação do Banco Votorantim em sustentabilidade. O evento reuniu convidados externos, representando diversas partes interessadas como clientes, acionistas, setor industrial, setor financeiro e o meio acadêmico, para discutir com Executivos do Banco como a evolução do tema "desenvolvimento sustentável" e as mudanças e exigências socioambientais estão afetando os diversos setores de negócios e como as empresas estão reagindo a elas. Foi debatido também como as instituições financeiras estão se adaptando a essa nova realidade e como podem contribuir para a adaptação de seus clientes.

Educação Financeira

Em sua Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental, o Banco Votorantim se compromete a promover a educação financeira no relacionamento com suas partes interessadas. Em consonância com essa política, algumas ações foram realizadas no primeiro semestre.

Comunidades: Palestra de educação financeira para jovens - em março foram realizadas duas palestras sobre planejamento financeiro com mais de 80 jovens de uma comunidade carente de São Paulo.

Clientes: Programa de formação de multiplicadores - Em junho foi promovida a capacitação de um grupo de 40 gerentes de relacionamento para levar o tema "Orçamento Familiar" a seus clientes.

Responsabilidade Social

Este ano, as empresas do Consolidado Financeiro Banco Votorantim estão apoiando 35 projetos sociais em diversas áreas de atuação:

Na área cultural, os recursos incentivados são destinados para projetos que contemplam a difusão cultural, a formação de públicos e a extensão do impacto social do projeto.

Na área social, são destinados recursos para Fundos Municipais da Criança e do Adolescente, em municípios que apresentam elevados índices de vulnerabilidade social, para projetos que atendam a demandas na área da infância e adolescência alinhadas às diretrizes do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. Ainda na área social, também são aportados recursos para entidades que promovem a melhoria da qualidade de vida de idosos, através dos Fundos Municipais do Direito do Idoso.

Na área de esportes, são destinados recursos incentivados para projetos que oferecem atividades esportivas e educacionais para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, em municípios onde atuamos.

Na área da Saúde, apoiamos projetos que buscam ampliar o atendimento para prevenção e o combate ao câncer e prevenção e a reabilitação da pessoa com deficiência.

9. Agradecimentos

A Administração do Banco Votorantim agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 06 de agosto de 2015
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais)

	Banco		Consolidado			Banco		Consolidado	
	30.06.2015	30.06.2014	30.06.2015	30.06.2014		30.06.2015	30.06.2014	30.06.2015	30.06.2014
ATIVO CIRCULANTE	41.171.093	48.975.433	55.139.618	48.561.878		76.712.336	67.591.158	62.150.256	56.591.289
Disponibilidades	(Nota 5)	170.665	82.790	118.713	(Nota 16a)	3.927.982	4.737.318	3.532.218	4.369.076
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(Nota 6a)	26.351.526	6.313.023	18.033.784	6.320.890				
Aplicações no mercado aberto		16.233.853	4.942.499	16.233.853	4.926.781				
Aplicações em depósitos interfinanceiros		10.117.673	1.370.524	1.799.931	1.394.109				
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		5.751.189	33.652.415	8.877.173	14.189.830	(Nota 16c)	25.958.932	22.722.248	27.926.243
Carteira Própria	(Nota 7a)	1.774.441	13.996.075	2.824.930	9.340.754				
Vinculados a compromissos de recompra	(Nota 7a)	2.674.468	18.386.279	4.702.012	3.552.410				
Vinculados à prestação de garantias	(Nota 7a)	931.872	867.267	976.325	896.755				
Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 7d)	442.513	475.377	446.011	472.494				
(Provisão para desvalorização de títulos livres)	(Nota 7a)	(72.105)	(72.583)	(58.961)	(108.581)	(Nota 18)	13.342.508	11.294.211	13.342.789
Relações Interfinanceiras		58.961	108.581	58.961	108.581	(Nota 18)	7.133.783	10.217.180	7.133.783
Pagamentos e recebimentos a liquidar		200	349	200	349				
Créditos vinculados	(Nota 8a)	44.280	63.729	44.280	63.729				
Depósitos no Banco Central		44.280	63.729	44.280	63.729				
Repasses interfinanceiros		14.271	43.321	14.271	43.321				
Correspondentes		110	1.182	110	1.182				
Relações Interdependências					1.377				
Transferências internas de recursos		</							

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014				
<i>(Em milhares de Reais, exceto o Resultado do período por lote de mil ações)</i>				
	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.320.766	3.283.249	5.965.907	8.028.846
Operações de crédito (Nota 9b)	1.215.294	666.663	4.045.622	3.752.817
Operações de arrendamento mercantil (Nota 9h)	–	–	485.728	866.781
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 7b)	4.963.376	3.898.900	2.314.415	1.777.507
Resultado de instrumentos financeiros derivativos (Nota 7 d 9)	(1.102.218)	(1.257.708)	503.976	(96.180)
Resultado de operações de câmbio (Nota 11b)	236.132	(31.282)	236.142	(31.282)
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 8b)	–	278	–	278
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	8.182	6.398	1.980.024	1.758.925
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(5.343.802)	(3.125.603)	(8.191.815)	(6.510.623)
Operações de captação no mercado (Nota 16d)	(4.703.205)	(2.750.456)	(4.722.242)	(2.914.867)
Operações de empréstimos e repasses (Nota 17c)	(373.110)	(49.029)	(373.641)	(49.732)
Operações de arrendamento mercantil (Nota 9h)	–	–	(443.517)	(789.290)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (Nota 9f)	(7.154)	–	(1.449.557)	(1.186.455)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(260.333)	(326.118)	(1.202.858)	(1.570.279)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(23.036)	157.646	1.374.092	1.518.223
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	187.799	60.355	(1.026.387)	(1.210.010)
Recargas de prestação de serviços (Nota 20a)	95.448	103.406	210.791	214.490
Rendas de tarifas bancárias (Nota 20b)	470	1.080	251.884	235.561
Despesas de pessoal (Nota 20c)	(207.089)	(224.648)	(629.631)	(634.464)
Outras despesas administrativas (Nota 20d)	(111.693)	(97.784)	(560.546)	(540.699)
Despesas tributárias (Nota 23c)	(58.856)	(35.077)	(213.533)	(228.543)
Resultado de participações em controladas (Nota 13a)	314.385	256.556	77.051	75.201
Outras receitas operacionais (Nota 20e)	233.660	88.878	366.815	189.299
Outras despesas operacionais (Nota 20f)	(78.528)	(32.058)	(529.218)	(520.855)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(3.085)	90.319	(17.497)	141.746
Recargas não operacionais	6.374	94.173	25.410	167.623
Despesas não operacionais	(9.459)	(3.854)	(42.907)	(25.877)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES	161.678	308.320	330.208	449.959
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(156.830)	19.930	45.395	(67.242)
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NOS LUCROS E RESULTADOS	(50.732)	(35.813)	(107.827)	(90.280)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	–	–	–	–
LUCRO LÍQUIDO	267.776	292.437	267.776	292.437
LUCRO POR AÇÃO	–	–	–	–
Lucro por ações - R\$	2,54	2,77	–	–
Quantidade de ações (lote de mil)	105.391.473	105.391.473	–	–

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014							
<i>(Em milhares de Reais)</i>							
	Capital Social		Reservas de Lucros		Ajustes de valor patrimonial		Lucros acumulados
	Capital realizado	Aumento de Capital	Reservas de Capital Legal	Outras	Ajustes de valor patrimonial	Lucros acumulados	Total
EVENTOS							
Saldos em 31.12.2013	7.026.841	98.920	372.120	–	(357.199)	–	7.140.682
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos (Nota 22d)	–	–	–	–	153.456	–	153.456
Integralização de Capital (Nota 22a)	98.920	(98.920)	–	–	–	–	–
Lucro líquido do período	–	–	–	–	–	292.437	292.437
Destinações:							
- Reserva legal	–	–	–	14.622	–	(14.622)	–
Saldos em 30.06.2014	7.125.761	–	372.120	14.622	(203.743)	277.815	7.586.575
Mutações do período	98.920	(98.920)	–	14.622	–	153.456	445.893
Saldos em 31.12.2014	7.125.761	–	372.120	25.123	357.993	(327.123)	7.553.874
Aumento de capital (Nota 22a)	357.993	–	–	–	(357.993)	–	–
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos (Nota 22d)	–	–	–	–	25.416	–	25.416
Lucro líquido do período	–	–	–	–	–	267.776	267.776
Destinações:							
- Reserva legal	–	–	–	13.389	–	(13.389)	–
Saldos em 30.06.2015	7.483.754	–	372.120	38.512	(301.707)	254.387	7.847.066
Mutações do período	357.993	–	–	13.389	(357.993)	25.416	293.192

O Resultado por Ação está divulgado na Demonstração do Resultado.
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. O BANCO E SUAS OPERAÇÕES
O Banco Votorantim S.A. (Banco Votorantim ou Banco) é uma Companhia de Capital fechado que, operando na forma de Banco Múltiplo, desenvolve atividades bancárias em modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comercial, de investimento e de operações de câmbio.
Por intermédio de suas controladas, a Companhia atua também em diversas outras modalidades, com destaque para as atividades de crédito ao consumidor, de arrendamento mercantil, de administração de fundos de investimento e de cartões de crédito, de corretagem e distribuição de títulos e valores mobiliários e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.
As operações são conduzidas em um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS
Em 31 de janeiro de 2014, os administradores do Banco Votorantim aprovaram a incorporação da BV Sistemas de Tecnologia da Informação S.A. ao seu patrimônio nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 31 de dezembro de 2013, data-base da operação, no montante de R\$ 20.813, acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação. Como decorrência natural, a BV Sistemas teve sua personalidade jurídica extinta e o Banco Votorantim passou à condição de sucessor, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações. A Incorporação não implicou em um aumento do Capital Social do Banco e o Estatuto Social não sofreu qualquer alteração.
Demonstramos a seguir os saldos patrimoniais de 31 de dezembro de 2013 da BV Sistemas incorporados pelo Banco Votorantim:

- Ativos: R\$ 65.852
 - Passivos: R\$ 45.039
 - Patrimônio Líquido: R\$ 20.813
- A incorporação justifica-se uma vez que representa um aprimoramento da respectiva estrutura societária, promovendo uma racionalização das operações, a simplificação da administração e de procedimentos contábeis e financeiros, minimizando despesas administrativas e otimizando seus ativos e resultados.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).
A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.
Na elaboração das Demonstrações Contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado das controladas foram destacadas nas Demonstrações Contábeis. As operações de arrendamento mercantil foram consideradas sob a ótica do método financeiro, sendo os valores reclassificados da rubrica de imobilizado de arrendamento incluindo a superveniência e/ou insuficiência de depreciação para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzidos dos valores residuais recebidos antecipadamente. O processo não inclui a consolidação dos fundos de investimentos exclusivos, dos fundos de investimentos em direitos creditórios e das controladas não financeiras de acordo com as normas de consolidação estabelecidas pelo CMN para fins do Conglomerado Financeiro.
Os saldos contábeis das controladas diretas no exterior, que são preparados de acordo com as normas internacionais de contabilidade, foram convertidos para Reais, utilizando-se a cotação do Dólar americano na data do encerramento do período, e foram ajustados conforme práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 4. A variação cambial das operações da agência e das empresas controladas no exterior foi distribuída nas linhas da Demonstração de Resultado, de acordo com os respectivos ativos e passivos que lhes deram origem.
O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável: CPC 00 (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Eventos Subseqüentes e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
O Banco aplica o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado que não é conflitante com as normas do BACEN, conforme determina a regulamentação vigente.

Adicionalmente, o Banco Central editou a Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, cuja vigência iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. A Resolução é convergente com os critérios de baixa de ativos financeiros especificados no CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.
Caso venha a aplicar os demais normativos que dependem de regulamentação do BACEN, os reflexos resultarão em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação.
A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 06 de agosto de 2015.
Participações Societárias Incluídas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, Segregadas por Segmentos de Negócios:

		30.06.2015	30.06.2014
	Atividade	% de Participação	% de Participação
Segmento Bancário - País			
BV Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	(1)	Financeira	100,00%
BV Leasing Arrendamento Financeiro S.A.	(1)	Arrendamento	100,00%
Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	(1)	Corretora	99,99%
Segmento Gestão de Recursos			
Votorantim Asset Management Distribuidora de TVM Ltda.	(1)	Administração de ativos	99,99%
Segmento Bancário - Exterior			
Votorantim Bank Limited	(1)	Bancária	99,99%
Banco Votorantim Securities Inc.	(1)	Corretora	100,00%
Votorantim Securities (UK) Limited	(1)	Corretora	100,00%

Informações para Efeito de Comparabilidade
Foram realizadas reclassificações no Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, dentre as quais destacamos:

- Reclassificação de títulos e créditos a receber de Operações de arrendamento mercantil para Outros créditos em 30 de junho de 2014.
- Provisão para operações de arrendamento mercantil referente a títulos e créditos a receber para Provisão para outros créditos em 30 de junho de 2014.
- Reclassificação de custos associados à produção de operações de crédito de Receita da Intermediação Financeira - Operações de Crédito para Outras Receitas/Despesas Operacionais - Outras Despesas Operacionais.

	30.06.2014		
	Divulgação anterior	Reclassificação	Saldo reclassificado
Consolidado			
Operações de arrendamento mercantil (Nota 9a)	640.429	(29.520)	610.909
(Provisão para operações de arrendamento mercantil) (Nota 9a)	(58.992)	3.623	(55.369)
Outros Créditos - Diversos (Nota 10)	8.424.726	29.520	8.454.246
Outros Créditos - (Provisão para outros créditos) (Nota 9a)	(683.000)	(3.623)	(686.623)
Intangível - (Amortização acumulada)	(27.902)	200	(27.702)
Intangível - (Imparidade acumulada)	(6.215)	(200)	(6.415)
Demonstração do Resultado			
	1º Semestre/2014		
	Divulgação anterior	Reclassificação	Saldo reclassificado
Banco			
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.314.680	(31.431)	3.283.249
Operações de crédito (Nota 9b)	666.812	(149)	666.663
Resultado de operações de câmbio (Nota 11b)	–	(31.282)	(31.282)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3.156.885)	31.282	(3.125.603)
Resultado de operações de câmbio (Nota 11b)	(31.282)	31.282	–
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	157.795	(149)	157.646
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	60.206	149	60.355
Outras despesas operacionais (Nota 20e)	(32.205)	149	(32.056)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	90.319	–	90.319
Recargas não operacionais (Nota 21)	94.113	60	94.173
Despesas não operacionais (Nota 21)	(3.794)	(60)	(3.854)
	1º Semestre/2014		
	Divulgação anterior	Reclassificação	Saldo reclassificado
Consolidado			
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	7.771.606	257.240	8.028.846
Operações de crédito (Nota 9b)	3.466.343	286.474	3.752.817
Operações de arrendamento mercantil (Nota 9h)	864.733	2.048	866.781
Resultado de operações de câmbio (Nota 11b)	–	(31.282)	(31.282)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(6.541.905)	31.282	(6.510.623)
Resultado de operações de câmbio (Nota 11b)	(31.282)	31.282	–
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.229.701	288.522	1.518.223
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(921.488)	(288.522)	(1.210.010)
Outras despesas operacionais (Nota 20e)	(232.333)	(288.522)	(520.855)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	141.746	–	141.746
Recargas não operacionais (Nota 21)	157.116	10.507	167.623
Despesas não operacionais (Nota 21)	(15.370)	(10.507)	(25.877)

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As políticas contábeis adotadas pelo Banco Votorantim são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Contábeis e de maneira uniforme em todas as entidades do Conglomerado.

- a) Apuração do Resultado**
Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.
- b) Mensuração a Valor Presente**
Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.
Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle do Conglomerado, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.
- c) Caixa e Equivalentes de Caixa**
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014				
<i>(Em milhares de Reais)</i>				
	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações	161.678	308.320	330.208	449.959
Ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(705.312)	(139.911)	300.948	613.713
Provisão para crédito, arrendamento mercantil e outros créditos (Nota 9f)	260.333	326.118	1.202.858	1.570.279
Depreciações e amortizações (Nota 20d)	10.167	6.749	21.405	16.353
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	173	73	737	2.416
Resultado de participação em controladas (Nota 13a)	(314.385)	(256.556)	(77.051)	(75.201)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens (Nota 21)	6.562	518	11.084	3.316
(Lucro) Prejuízo na alienação de investimentos (Nota 21)	–	(94.113)	–	(157.116)
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens (Nota 21)	(3.910)	2.970	(2.420)	8.457
Despesas (Reversão) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	45.185	(50.390)	142.792	92.934
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(71.849)	45.079	(84.007)	46.941
Recarga de juros de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(464.641)	(85.205)	(548.477)	(317.343)
Recarga de juros de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	(172.879)	(35.064)	(365.673)	(577.102)
Outros ajustes	(92)	(90)	(68)	(21)
Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(543.634)	168.409	631.156	1.063

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

A partir de 01 de janeiro de 2015, em observação aos requerimentos da Resolução CMN nº 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014, dois terços da remuneração referente à originação, ocorrida em 2015, de operações de crédito ou de arrendamento mercantil encaminhada por correspondentes são registrados no ativo, sendo a parcela restante reconhecida como despesa do período no momento da originação. Os valores registrados no ativo com base na faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014 são amortizados de forma linear, no prazo máximo de 36 meses.

Para o exercício de 2016, até um terço da remuneração referente à originação de operações de crédito será registrado no ativo e reconhecido no resultado de forma linear, respeitando-se o prazo máximo de 36 meses. As operações geradas a partir de 1º de janeiro de 2017, terão a remuneração citada reconhecida integralmente como despesa.

A partir de 1º de janeiro de 2020, todos os valores eventualmente registrados no ativo, relativos à remuneração de correspondentes no País, serão imediatamente baixados, tendo como contrapartida a adequada conta de despesa do período.

i) Ativo Permanente
Investimentos: os investimentos em controladas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base no valor do Patrimônio Líquido da controlada. As Demonstrações Contábeis das controladas no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme legislação vigente e seus efeitos são reconhecidos no resultado do período. Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: veículos - 20%, sistemas de processamento de dados - 20% e demais itens - 10% (Nota Explicativa nº 14).

Diferido: o ativo diferido está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas. Contempla, principalmente, os gastos de reestruturação da Companhia e os gastos efetuados até 30 de setembro de 2008, em imóveis de terceiros, decorrentes de instalação de dependências e amortização calculada pelo método linear, com base no prazo que o benefício é gerado. Durante o período, não houve aquisições em decorrência da regulamentação vigente. As perdas em arrendamentos são amortizadas pelo prazo remanescente de vida útil dos bens objeto dos contratos de arrendamento e de acordo com a regulamentação vigente.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. A entidade avalia ao fim de cada período de reporte, se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo. A amortização é calculada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado, considerando-se as seguintes amortizações - Amortização (Nota Explicativa nº 20):

Redução do Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - Imparidade
A entidade avalia ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Investimentos
A metodologia do valor recuperável dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, baseia-se na avaliação dos resultados das empresas investidas, seus planos de negócios e capacidade de retorno dos montantes investidos. É reconhecida uma provisão para perda por imparidade no resultado do período, quando o valor contábil de um investimento exceder seu valor recuperável.

Intangível
Softwares - os softwares desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Conglomerado fazem parte da política de investimento para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software não atinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela administração, ajusta-se o valor recuperável do ativo intangível.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas Notas Explicativas.

k) Benefícios a Empregados
Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto e longo prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com o prazo de cada programa/benefício atribuído a cada colaborador.

No "Programa de incentivo de curto e longo prazo" elegíveis aos diretores e empregados do Conglomerado, é oferecida a oportunidade de investir em "ações virtuais" da Companhia. Os valores a serem pagos atualizados de acordo com o período de carência (de um a no máximo quatro anos) e com as características de cada benefício são registrados em "Outras obrigações diversas - Provisão para pagamentos a serem efetuados em contrapartida à rubrica de "Despesas de pessoal - Proventos". Detalhes do programa estão divulgados na Nota Explicativa nº 25.

Em 25 de janeiro de 2015, o Banco Central do Brasil publicou a Resolução nº 4.424/2015, cuja vigência iniciará em 01 de janeiro de 2016, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a Empregados que deve ser aplicado pela entidade empregadora na contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos colaboradores. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa norma estão sendo avaliados para implementação na data de entrada em vigor da norma.

O Pronunciamento requer que a entidade reconheça um passivo quando o colaborador prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro e uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do colaborador em troca de benefícios a esse colaborador.

l) Depósitos e Captações no Mercado Aberto
Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Tributos
Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	15%
PIS/PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

(a) Alíquota aplicada às empresas financeiras
(b) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

É reconhecido o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil da controlada BV Leasing.

n) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 26).

Os ativos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

o) Avas e Fianças
Os avais e fianças não honrados e prestados pela Instituição, não constituídos por dinheiro, são registrados em nome dos avaliados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos.

Quando o valor da responsabilidade estiver sujeito à variação cambial ou outra forma de reajuste, os saldos dessas contas são atualizados por ocasião dos Balanços.

As rendas de comissões de avais e fianças prestadas, pertencentes ao período e não recebidas são contabilizadas mensalmente em Comissões por coobrigações a receber, em contrapartida com Rendas de garantias prestadas.

As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em rendas antecipadas, do grupamento Resultados de Exercícios Futuros, apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência. Observadas situações nas quais, como resultado de eventos passados, possa haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de obrigação presente ou obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Instituição esta constitui Passivo Contingente, baseado em estimativas confiáveis da obrigação tendo sua mensuração a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do Balanço.

As operações de avais e fianças não honradas terão provisoriedade atribuído a cada cliente do grupo econômico por meio de características como setor de atuação, ambiente competitivo e regulatório, controle acionário e gestão, bem como solidez financeira, sendo estas variáveis capturadas por meio dos modelos de "rating" de forma qualitativa e quantitativa, levando-se em consideração as respectivas provisões mínimas conforme definido pela Resolução CMN nº 2.682/1999, a provisão de fiança não honrada é reconhecida em Outras Obrigações - Diversas - "Credores Diversos no País (Nota Explicativa nº 19d).

p) Outros Ativos e Passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	30.06.2015	30.06.2014	30.06.2015	30.06.2014
Disponibilidades	170.665	82.790	220.552	118.713
Disponibilidades em moeda nacional	1.088	16.561	10.449	38.205
Disponibilidades em moeda estrangeira	169.577	66.229	210.103	80.508
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (a)	9.305.660	797.755	9.323.491	821.339
Aplicações no mercado aberto -				
Rendidas a liquidar - Posição Bancada	8.427.161	306.403	8.427.161	306.403
Aplicações em depósitos interfinanceiros	619.650	398.919	620.354	409.290
Aplicações em moedas estrangeiras	258.849	92.433	275.976	105.646
Total	9.476.325	880.545	9.544.043	940.052

(a) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/ 2015	1º Semestre/ 2014	1º Semestre/ 2015	1º Semestre/ 2014
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	740.002	386.601	740.002	386.601
Posição bancada	22.646	22.646	22.646	22.646
Posição financiada	348.507	138.770	348.507	138.770
Posição vendida	22.224	21.185	22.224	21.185
Rendas de Aplic. em Dep. Interfinanceiros	1.452.364	1.312.255	46.192	59.832
Total	2.192.366	1.698.856	786.194	446.433

b) Rendidas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/ 2015	1º Semestre/ 2014	1º Semestre/ 2015	1º Semestre/ 2014
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	740.002	386.601	740.002	386.601
Posição bancada	22.646	22.646	22.646	22.646
Posição financiada	348.507	138.770	348.507	138.770
Posição vendida	22.224	21.185	22.224	21.185
Dep. Interfinanceiros	1.452.364	1.312.255	46.192	59.832
Total	2.192.366	1.698.856	786.194	446.433

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - IFD

a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM
Na demonstração "Balanço Patrimonial", os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Banco	30.06.2015					30.06.2014					
	Sem vencimento	Valor de Mercado				Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Total	
		0 a 30	31 a 180	181 a 360	361 a 720					Valor de custo	Valor de mercado
Vencimento em Dias											
1 - Títulos para Negociação	252	470.483	869.940	2.751	3.575.454	4.952.180	4.918.880	(33.300)	30.247.627	30.279.330	31.703
Títulos Públicos	-	469.761	869.800	215	3.388.144	4.760.818	4.727.920	(32.898)	3.870.012	3.898.960	28.948
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	312	1.68.804	169.075	169.116	41	477.684	477.570	(114)
Letras do Tesouro Nacional	-	469.761	869.488	215	1.242.699	2.581.365	2.582.163	798	2.121.502	2.127.230	5.728
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.953.457	1.985.497	1.953.457	(32.040)	1.214.709	1.237.932	23.223
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	-	23.184	24.881	23.184	(1.697)	56.117	56.228	111
Títulos Privados	252	722	140	2.536	187.310	191.362	190.960	(402)	26.377.615	26.380.370	2.755
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	26.154.345	26.154.845	500
Ações	252	-	-	-	-	52	252	200	6.435	6.906	471
Cêdulas de produto rural - <i>Commodities</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	3.815	5.000	1.185
<i>Eurobonds</i>	-	-	140	2.536	67.006	70.962	69.682	(1.280)	213.020	212.848	(172)
Letras Financeiras	-	-	-	-	90.348	90.348	90.348	-	-	-	-
Outros	-	722	-	-	29.956	30.000	30.678	678	-	771	77
2 - Títulos Disponíveis para Venda	21.491	280.615	516.082	2.406.808	37.662.228	41.096.199	40.887.224	(208.975)	12.252.761	11.983.609	(269.152)
Títulos Públicos	141	4.939	1.371.891	3.373.835	3.171.891	3.176.971	(160.864)	6.660.340	6.463.101	(197.239)	
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	747.299	747.299	747.299	(32.198)	4.570.687	4.447.231	(123.456)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	2.423.313	2.552.002	2.423.313	(128.689)	2.071.244	1.997.187	(74.057)
Títulos da Dívida Agrária	-	141	4.939	-	1.279	6.336	6.359	23	18.409	18.683	274
Títulos Privados	21.491	280.474	511.143	2.406.808	34.490.337	37.758.364	37.710.253	(48.111)	5.592.421	5.520.508	(71.913)
Debêntures	-	168.423	7.508	2.125.537	31.493.553	33.819.416	33.795.021	(24.395)	2.635.816	2.609.629	(26.187)
Notas Promissórias	-	56.907	360.750	77.794	-	496.050	495.451	(599)	205.606	205.606	-
Ações	(a)	21.491	-	-	-	39.037	21.491	(17.546)	93.469	51.089	(42.380)
Cotas de Fundos de Investimentos	(b)	-	-	-	1.453.260	1.453.260	1.453.260	-	1.230.156	1.230.156	-
Cotas de FIDC	-	-	-	-	25.728	25.728	25.728	-	-	-	-
Cêdulas de produto rural - <i>Commodities</i>	(c)	55.144	136.676	169.359	134.356	514.231	495.535	(18.696)	685.278	671.708	(13.570)
<i>Eurobonds</i>	(d)	-	-	11.180	523.537	534.204	534.717	513	173.455	148.874	(24.581)
<i>Credit Linked Notes</i>	-	-	-	-	368.239	351.419	368.239	16.820	398.698	431.529	32.831
Letras Financeiras	-	-	6.209	-	311.158	320.020	317.367	(2.653)	20.467	20.467	-
Outros	-	-	-	22.938	180.506	204.999	203.444	(1.555)	149.476	151.450	1.974
3 - Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	-	-	2.997.669	3.043.292	2.997.669	(45.623)	1.016.752	1.015.120	(1.632)
Títulos Públicos	-	-	-	-	2.997.669	3.043.292	2.997.669	(45.623)	1.016.752	1.015.120	(1.632)
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.073.749	1.097.170	1.073.749	(23.421)	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.923.920	1.946.122	1.923.920	(22.202)	-	-	-
Total (1 + 2 + 3)	21.743	751.098	1.386.022	2.409.559	44.235.351	49.091.671	48.803.773	(287.898)	43.517.140	43.278.059	(239.081)

Banco	30.06.2015					30.06.2014					
	Sem vencimento	Valor de Mercado				Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Total	
		0 a 30	31 a 180	181 a 360	361 a 720					Valor de custo	Valor de mercado
Vencimento em Dias											
1 - Títulos para Negociação											

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

d.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

	Banco						Consolidado					
	30.06.2015		30.06.2014		30.06.2015		30.06.2015		30.06.2014		30.06.2014	
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Por Indexador												
Contratos de Futuros												
Compromissos de Compra	38.330.259	-	-	20.462.618	-	-	38.330.259	-	-	20.462.864	-	-
DI	10.561.246	-	-	6.200.475	-	-	10.561.246	-	-	6.200.721	-	-
Moedas	11.100.317	-	-	2.825.541	-	-	11.100.317	-	-	2.825.541	-	-
Índice	517.855	-	-	526.928	-	-	517.855	-	-	526.928	-	-
Cupom cambial	16.150.841	-	-	10.907.368	-	-	16.150.841	-	-	10.907.368	-	-
Commodities	-	-	-	2.306	-	-	-	-	-	2.306	-	-
Compromissos de Venda	40.570.738	-	-	39.714.077	-	-	56.689.116	-	-	66.927.745	-	-
DI	8.825.214	-	-	13.738.427	-	-	24.943.592	-	-	40.952.095	-	-
Moedas	476.711	-	-	399.910	-	-	476.711	-	-	399.910	-	-
T-Note	-	-	-	289.424	-	-	-	-	-	289.424	-	-
Índice	60.091	-	-	-	-	-	60.091	-	-	-	-	-
Cupom cambial	31.208.722	-	-	25.282.116	-	-	31.208.722	-	-	25.282.116	-	-
Commodities	-	-	-	4.200	-	-	-	-	-	4.200	-	-
Operações a Termo												
Posição Ativa	19.348	19.348	19.217	35.312	35.312	35.312	19.348	19.348	19.217	35.312	35.312	35.312
Termo de moeda	11.349	11.349	11.218	35.312	35.312	35.312	11.349	11.349	11.218	35.312	35.312	35.312
Termo de títulos públicos	7.999	7.999	-	-	-	-	7.999	7.999	-	-	-	-
Posição Passiva	19.348	(19.348)	(18.504)	35.312	(35.312)	(35.400)	19.348	(19.348)	(18.504)	35.312	(35.312)	(35.400)
Termo de moeda	11.349	(11.349)	(10.505)	35.312	(35.312)	(35.400)	11.349	(11.349)	(10.505)	35.312	(35.312)	(35.400)
Termo de títulos públicos	7.999	(7.999)	(7.999)	-	-	-	7.999	(7.999)	(7.999)	-	-	-
Contratos de Opções (a)												
De compra - Posição Comprada	7.899.508	172.013	139.703	10.669.524	106.489	75.935	7.899.508	172.013	139.703	10.669.524	106.489	75.935
Moeda estrangeira	6.476.513	140.255	109.124	2.880.725	52.798	19.198	6.476.513	140.255	109.124	2.880.725	52.798	19.198
Índice DI	-	-	-	6.628.000	3.107	-	-	-	-	6.628.000	3.107	-
Opções Flexíveis	1.241.095	29.406	28.693	514.299	34.906	37.700	1.241.095	29.406	28.693	514.299	34.906	37.700
Acções	-	2.352	1.886	286.500	7.997	9.811	-	2.352	1.886	286.500	7.997	9.811
Outros	-	-	-	360.000	7.681	9.226	-	-	-	360.000	7.681	9.226
De venda - Posição Comprada	10.862.174	176.982	51.519	1.663.235	31.747	48.490	10.862.174	176.982	51.519	1.663.235	31.747	48.490
Moeda estrangeira	6.687.863	166.642	43.846	1.034.525	14.334	35.206	6.687.863	166.642	43.846	1.034.525	14.334	35.206
Índice DI	3.672.000	1.176	-	-	-	-	3.672.000	1.176	-	-	-	-
Opções Flexíveis	30.111	224	96	77.150	1.035	786	30.111	224	96	77.150	1.035	786
Acções	422.200	7.758	6.396	464.000	12.111	9.699	422.200	7.758	6.396	464.000	12.111	9.699
Outros	50.000	1.182	1.181	87.560	4.267	2.799	50.000	1.182	1.181	87.560	4.267	2.799
De compra - Posição Vendida	14.175.025	(461.581)	(636.631)	5.959.610	(306.479)	(284.083)	14.175.025	(461.581)	(636.631)	5.959.610	(306.479)	(284.083)
Moeda estrangeira	11.970.375	(292.427)	(3.857.700)	3.385.700	(73.061)	(22.022)	11.970.375	(292.427)	(3.857.700)	3.385.700	(73.061)	(22.022)
Opções Flexíveis	1.502.268	(155.357)	(164.155)	1.822.525	(218.673)	(243.740)	1.502.268	(155.357)	(164.155)	1.822.525	(218.673)	(243.740)
Acções	678.100	(13.068)	(8.034)	435.885	(13.239)	(16.237)	678.100	(13.068)	(8.034)	435.885	(13.239)	(16.237)
Outros	64.000	(729)	(516)	260.000	(1.506)	(2.084)	64.000	(729)	(516)	260.000	(1.506)	(2.084)
De venda - Posição Vendida	9.004.153	(134.943)	(96.722)	2.442.622	(39.619)	(39.875)	9.004.153	(134.943)	(96.722)	2.442.622	(39.619)	(39.875)
Moeda estrangeira	3.523.375	(40.397)	(14.170)	1.223.988	(10.514)	(17.666)	3.523.375	(40.397)	(14.170)	1.223.988	(10.514)	(17.666)
Índice DI	3.668.000	(524)	-	-	-	-	3.668.000	(524)	-	-	-	-
Opções Flexíveis	1.138.278	(33.047)	(19.299)	365.594	(9.633)	(9.437)	1.138.278	(33.047)	(19.299)	365.594	(9.633)	(9.437)
Acções	539.500	(17.130)	(15.374)	623.600	(12.721)	(8.312)	539.500	(17.130)	(15.374)	623.600	(12.721)	(8.312)
Outros	135.000	(43.845)	(47.879)	229.440	(6.751)	(5.360)	135.000	(43.845)	(47.879)	229.440	(6.751)	(5.360)
Contratos de Swaps (a) (b)												
Posição Ativa	12.116.054	1.093.815	1.025.953	16.514.764	752.523	890.172	17.716.844	1.088.143	1.081.986	14.224.764	743.117	866.813
DI	6.788.079	65.180	158.693	6.827.633	177.824	224.978	12.638.869	60.181	215.010	6.827.633	177.824	224.978
Moeda estrangeira	1.822.016	545.540	489.658	1.492.029	149.827	182.041	1.822.016	545.540	489.658	1.492.029	149.827	182.041
Pré-fixado	590.607	24.289	2.675.888	20.211	89.632	49.486	340.607	23.616	49.486	385.888	10.805	66.273
IPCA	2.323.296	262.025	122.458	4.760.363	270.603	215.536	2.323.296	262.025	122.458	4.760.363	270.603	215.536
IGPM	395.000	77.610	70.540	521.000	96.825	114.038	395.000	77.610	70.540	521.000	96.825	114.038
Libor	168.267	118.887	131.493	196.533	37.016	62.843	168.267	118.887	131.493	196.533	37.016	62.843
Commodities	-	-	-	654	-	54	-	-	-	654	-	54
Outros	28.789	284	3.341	40.664	217	1.050	28.789	284	3.341	40.664	217	1.050
Posição Passiva	30.745.835	(987.968)	(1.011.027)	25.908.747	(885.616)	(1.050.799)	6.411.835	(894.646)	(803.184)	8.539.570	(779.077)	(841.062)
DI	25.678.652	(137.854)	(266.726)	19.673.129	(178.466)	(273.766)	1.344.782	(44.532)	(58.883)	2.303.952	(71.882)	(64.029)
Moeda estrangeira	62.740	(596)	(489)	13.735	(7.029)	(591.012)	62.740	(596)	(489)	13.735	(7.029)	(596)
Pré-fixado	226.503	(3.051)	(24.272)	1.276.414	(63.465)	(94.657)	226.503	(3.051)	(24.272)	1.276.414	(63.465)	(94.657)
IPCA	1.978.861	(349.040)	(248.292)	4.088.587	(533.855)	(550.327)	1.978.861	(349.040)	(248.292)	4.088.587	(533.855)	(550.327)
IGPM	200.000	(73.412)	(70.044)	307.000	(90.828)	(106.675)	200.000	(73.412)	(70.044)	307.000	(90.828)	(106.675)
TR	-	-	-	7.865	(2.461)	(2.532)	-	-	-	7.865	(2.461)	(2.532)
Libor	161.179	(58.115)	(56.402)	133.905	(1.287)	(1.663)	161.179	(58.115)	(56.402)	133.905	(1.287)	(1.663)
Commodities	242	(46)	(46)	616	(42)	(50)	242	(46)	(46)	616	(42)	(50)
Outros	-	-	-	96.067	(3.896)	(4.95)	-	-	-	96.067	(3.896)	(4.95)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos												
Posição Ativa	2.568.392	205.883	203.024	2.256.115	100.006	95.918	2.568.392	205.883	203.024	2.256.115	100.006	95.918
Non Deliverable Forward (a)	2.485.652	205.287	202.535	1.665.103	86.271	88.889	2.485.652	205.287	202.535	1.665.103	86.271	88.889
Derivativos de crédito	82.740	489	489	591.012	13.735	596	82.740	489	489	591.012	13.735	596
Posição Passiva	51.395.151	(26.721.167)	(26.597.183)	43.685.291	(22.554.397)	(22.455.377)	2.345.651	(89.522)	(87.695)	2.441.365	(75.858)	(66.062)
Non Deliverable Forward (a)	1.908.184	(85.185)	(79.867)	2.015.184	(65.591)	(53.874)	1.908.184	(85.185)	(79.867)	2.015.184	(65.591)	(53.874)
Derivativos de crédito	437.467	(4.337)	(7.828)	407.463	(571)	(2.476)	437.467	(4.337)	(7.828)	407.463	(571)	(2.476)
Box de opções - Pré-fixado	49.049.500	(26.631.645)	(26.509.488)	41.262.644	(22.488.235)	(22.399.052)	-	-	-	18.718	(9.696)	(9.712)

(a) O valor de mercado das operações de swap, opções e non deliverable forward contemplam o risco de crédito da contraparte (Ajuste de Spread de Crédito).
(b) Contempla os swaps contabilizados nos termos da Circular BACEN nº 3.129/2002 pelo valor de custo. Para fins de apresentação por indexador estas operações estão ajustadas ao valor de mercado. No semestre findo em 30 de junho de 2015, o ajuste a valor de mercado no Banco da posição ativa foi positivo de R\$ 19.874 e da posição passiva foi negativo de R\$ 5.548 e no Consolidado, o ajuste a valor de mercado da posição ativa foi positivo de R\$ 72.409 e da posição passiva foi negativo de R\$ 5.086.

d.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

	Banco					Consolidado						
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30.06.2015	30.06.2014	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30.06.2015	30.06.2014
Contratos futuros	12.666.548	14.384.948	24.096.236	27.753.265	78.900.997	60.176.695	11.589	7.759	9.484.984	19.940.860	20.734.991	16.385.343
Contratos a termo	132.008	19.234.259	7.518.804	15.976.818	42.861.889	42.423.511	19.348	2.557.329	7.694.807	520.207	53.443.336	4.393.836
Derivativos de crédito	5.172	67.224	10.344	437.467	520.207	998.475	1.908.184	85.185	79.867	2.015.184	65.591	53.874
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	1.270.681	2.111.455	791.963	219.737	4.393.836	3.680.287	1.270.6					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

d) Carteira de crédito por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

Banco	AA		A		B		C		D		E		F		G		H		30.06.2015		30.06.2014	
	Operações em Curso Normal																					
Parcelas Vincendas	3.121.486	5.229.934	3.466.115	1.907.170	497.145	53.002	34.628	602.617	186.602	15.098.699	15.805.609											
01 a 30	273.182	182.691	231.900	82.030	58.078	2.507	1.427	146	2.722	834.690	932.690											
31 a 60	106.558	173.692	232.690	72.961	9.032	1.946	1.807	107	5.279	604.072	1.021.656											
61 a 90	180.502	237.723	320.048	103.805	8.978	4.015	1.841	111	1.273	859.546	576.390											
91 a 180	244.705	485.656	578.065	169.078	30.382	6.332	6.000	1.105	6.157	1.527.480	2.322.620											
181 a 360	543.198	771.097	676.972	480.570	59.252	8.900	4.891	893	22.480	2.568.253	3.161.478											
Acima de 360	1.773.341	3.379.075	1.426.440	998.726	331.423	29.302	18.662	600.255	147.434	8.704.658	7.790.805											
Parcelas Vincendas Até 14 dias	261	833	-	315	502	2.235	3.462	161	5.608	13.377	26.770											
Subtotal	3.121.747	5.230.767	3.466.115	1.907.485	497.647	55.237	38.090	602.778	192.210	15.112.076	15.832.379											

Operações em Curso Anormal

Banco	AA		A		B		C		D		E		F		G		H		30.06.2015		30.06.2014	
	Operações em Curso Anormal																					
Parcelas Vincendas	-	-	20.220	104.158	101.376	179.984	16.114	33.280	117.547	572.679	438.264											
01 a 30	-	-	230	1.058	2.006	2.132	1.733	2.612	6.864	16.635	25.244											
31 a 60	-	-	129	1.274	2.143	3.340	1.675	751	1.893	11.205	27.832											
61 a 90	-	-	5.837	1.104	7.051	5.379	474	1.067	4.114	25.186	23.193											
91 a 180	-	-	10.589	3.245	9.017	8.350	1.772	4.489	12.539	50.001	63.674											
181 a 360	-	-	2.276	4.802	15.349	13.376	9.808	4.342	20.302	78.784	78.784											
Acima de 360	-	-	1.159	92.675	65.610	147.247	652	20.019	71.835	399.197	219.537											
Parcelas Vincendas De 0 a 14	-	-	1.680	4.877	68.571	42.721	24.844	19.469	483.624	645.786	886.773											
15 a 30	-	-	4	1.426	794	3.835	990	582	4.762	12.393	10.445											
31 a 60	-	-	1.676	1.626	4.610	9.404	11.864	840	86.251	116.271	29.402											
61 a 90	-	-	-	1.825	15.368	7.542	6.167	6.755	13.266	50.923	30.728											
91 a 180	-	-	-	47.799	8.919	2.051	3.323	7.484	69.576	31.152	112.032											
181 a 360	-	-	-	-	-	13.021	3.772	-	5.608	13.377	26.770											
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	3.997	292.587	296.584											
Subtotal	-	-	21.900	109.035	169.947	222.705	40.958	52.749	601.171	1.218.465	1.325.037											
Total	3.121.747	5.230.767	3.488.015	2.016.520	667.594	277.942	79.048	655.527	793.381	16.330.541	17.157.416											

(+/-) Ajuste ao valor de mercado
Total da carteira de crédito ajustada ao valor de mercado **170.972 (201.131)**
Total da carteira de crédito ajustada ao valor de mercado **16.501.513 16.956.285**
Consolidado **30.06.2015 30.06.2014**

Operações em Curso Normal

Banco	AA		A		B		C		D		E		F		G		H		30.06.2015		30.06.2014	
	Operações em Curso Normal																					
Parcelas Vincendas	3.123.962	23.812.967	8.864.007	8.452.433	644.316	183.190	114.026	674.175	284.347	46.153.423	46.268.985											
01 a 30	274.029	1.493.514	463.909	362.391	67.116	10.739	5.926	3.540	8.147	2.689.311	2.736.981											
31 a 60	106.933	1.123.709	440.862	314.841	17.167	8.244	5.650	3.923	10.194	2.031.425	2.365.383											
61 a 90	180.726	216.998	525.107	341.727	16.918	10.222	5.611	3.895	7.341	2.256.643	1.911.779											
91 a 180	245.145	3.093.078	1.179.657	868.246	52.307	24.122	16.746	11.966	19.574	5.510.841	6.159.784											
181 a 360	543.551	5.070.924	1.746.186	1.727.944	95.049	39.186	23.358	18.857	44.850	9.309.905	9.704.322											
Acima de 360	1.773.578	11.866.744	4.508.286	4.837.284	395.759	90.577	56.376	631.942	194.241	24.355.293	23.788.784											
Parcelas Vincendas Até 14 dias	261	638.964	10.897	4.198	954	2.283	3.482	186	5.785	667.010	565.672											
Subtotal	3.124.223	24.451.931	8.874.904	8.456.631	645.270	185.473	117.508	674.361	290.132	46.820.433	46.834.657											

Operações em Curso Anormal

Banco	AA		A		B		C		D		E		F		G		H		30.06.2015		30.06.2014	
	Operações em Curso Anormal																					
Parcelas Vincendas	-	-	559.814	824.495	373.884	415.183	166.111	152.627	697.942	3.190.056	4.335.039											
01 a 30	-	-	37.677	46.850	22.987	18.154	12.438	12.490	84.280	234.876	320.207											
31 a 60	-	-	35.316	39.724	19.163	16.722	10.640	8.213	37.300	167.078	248.933											
61 a 90	-	-	39.143	38.290	23.208	18.530	9.007	8.454	38.041	174.673	238.603											
91 a 180	-	-	99.736	107.552	53.301	44.506	25.360	24.547	104.607	459.609	663.421											
181 a 360	-	-	138.346	170.260	82.254	70.377	46.299	34.518	160.381	702.735	1.048.937											
Acima de 360	-	-	209.596	421.819	172.971	246.894	62.067	64.405	273.333	1.451.085	1.814.938											
Parcelas Vincendas De 0 a 14	-	-	104.185	171.210	202.748	149.246	118.183	107.399	1.015.260	1.868.231	2.320.420											
15 a 30	-	-	1.376	28.595	14.717	12.413	6.444	4.599	22.198	90.342	168.842											
31 a 60	-	-	99.473	49.132	30.068	27.237	22.529	9.368	114.118	351.925	233.913											
61 a 90	-	-	3.336	86.167	45.363	26.293	18.746	17.726	55.859	253.516	280.509											
91 a 180	-	-	-	1.988	6.270	53.394	52.520	55.116	217.598	386.886	460.681											
181 a 360	-	-	-	-	-	2.410	3.298	6.264	542.584	554.556	947.980											
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	11.262	11.262	19.171											
Subtotal	-	-	663.999	995.705	576.632	564.429	284.294	260.026	1.713.202	5.058.287	6.655.459											
Total	3.124.223	24.451.931	9.538.903	9.452.336	1.221.902	749.902	401.802	934.387	2.003.334	51.878.720	53.490.116											

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por Empréstimos

Banco e Consolidado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 3 a 5 anos	30.06.2015		30.06.2014	
				30.06.2015	30.06.2014	30.06.2015	30.06.2014
No País	-	1.912	-	1.912	5.725	-	-
Em moeda estrangeira	-	1.912	-	1.912	5.725	-	-
No exterior	799.040	1.645.935	621.318	62.052	3.128.345	1.598.294	-
Tomados junto a							
banqueiros no exterior	757.315	1.514.601	621.318	62.052	2.955.286	1.215.344	-
Exportação	26.453	90.038	-	-	116.491	318.409	-
Importação	15.272	41.296	-	-	56.568	64.541	-
Total	799.040	1.647.847	621.318	62.052	3.130.257	1.604.019	-
Passivo circulante	-	-	-	-	2.446.887	1.602.129	-
Passivo não circulante	-	-	-	-	683.370	1.890	-

b) Obrigações por Repasses

Do País - Instituições Oficiais

Programas	Taxas de Atualização	Banco		Consolidado	
		30.06.2015	30.06.2014	30.06.2015	30.06.2014
Tesouro Nacional	-	58.196	80.736	58.196	80.736
Pré-fixado	5,5% a 6,5% a.a.	58.109	80.736	58.109	80.736
Pós-fixado	Selic	87	-	87	-
BNDES	1.842.389	2.199.357	1.842.389	2.199.357	-
Pré-fixado	de 0,70% a.a. a 7,00% a.a. de 7,02% a.a. a 9,91% a.a.	702.897	756.853	702.897	756.853
Pós-fixado	+ IPCA de 0,50% a.a. a 4,00% a.a. + TJLP de 1,30% a.a. a 2,50% a.a. + Selic de 1,30% a.a. a 3,00% a.a. variação cambial	1.049.673	1.369.330	1.049.673	1.369.330
Com variação cambial	-	89.819	73.174	89.819	73.174

Programas	Taxas de Atualização	Banco		Consolidado	
		30.06.2015	30.06.2014	30.06.2015	30.06.2014
FINAME	-	1.777.758	1.770.544	1.789.107	1.776.039
Pré-fixado	de 0,30% a.a. a 8,50% a.a. de 0,50% a.a. a 5,50% a.a. + TJLP de 1,70% a.a. a 8,00% a.a. + SELIC	1.668.136	1.594.168	1.679.485	1.599.663
Pós-fixado	de 0,90% a 1,40% a.a. variação cambial	109.622	176.298	109.622	176.298
Com variação cambial	-	-	78	-	78
Total	-	3.678.343	4.050.637	3.689.692	4.056.132
Passivo circulante	-	1.097.663	1.336.773	1.098.091	1.338.885
Passivo não circulante	-	2.580.680	2.713.864	2.591.601	2.717.247

c) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Resultado de Obrigações por Empréstimos	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/ 2015	1º Semestre/ 2014	1º Semestre/ 2015	1º Semestre/ 2014
Resultado de Obrigações por Repasses	(107.486)	(99.710)	(108.017)	(100.413)
Tesouro Nacional	(2.995)	(1.996)	(2.995)	(1.996)
BNDES	(77.221)	(67.771)	(77.221)	(67.771)
FINAME	(27.270)	(29.943)	(27.801)	(30.646)
Resultado de Obrigações com Banqueiros no Exterior (a)	(247.073)	9.675	(247.073)	9.675
Total	(373.110)	(49.029)	(373.641)	(49.732)

(a) Inclui variação cambial sobre Empréstimos e Repasses no exterior.

23. TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/ 2015	1º Semestre/ 2014	1º Semestre/ 2015	1º Semestre/ 2014
Valores correntes	(23.576)	-	(171.713)	(318.567)
IR e CSLL no País - Corrente	(23.576)	-	(171.713)	(318.567)
IR e CSLL no País - Exercícios anteriores	-	-	(3.841)	(261)
Valores diferidos	180.406	19.930	217.108	251.325
Passivo fiscal diferido	(4.546)	(27.912)	137.089	257.654
Marcação a mercado	-	-	54.594	119.738
Superveniência de depreciação	-	-	82.495	137.916
Ativo fiscal diferido	184.952	47.842	80.019	(6.329)
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	(9.715)	67.313	(67.067)	30.368
Diferenças temporárias	80.605	(1.439)	33.026	88.510
Marcação a mercado	114.062	(18.032)	114.062	(125.207)
Total	156.830	19.930	45.395	(67.242)

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/ 2015	1º Semestre/ 2014	1º Semestre/ 2015	1º Semestre/ 2014
Resultado antes dos tributos e participações	161.678	308.320	330.208	449.959
Encargo total do IR (25%) e CSLL (15%)	(64.671)	(123.328)	(132.083)	(179.984)
Resultado de participação em controladas e coligadas	125.754	102.622	30.820	30.079
Participação de empregados no lucro	20.293	14.323	42.939	34.072
Outros valores	75.454	26.313	103.719	48.591
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	156.830	19.930	45.395	(67.242)

c) Despesas Tributárias

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/ 2015	1º Semestre/ 2014	1º Semestre/ 2015	1º Semestre/ 2014
Cofins	(42.249)	(17.499)	(150.451)	(145.669)
ISSQN	(5.316)	(5.315)	(24.398)	(21.601)
PIS	(6.930)	(3.179)	(24.587)	(22.408)
Outras	(4.361)	(9.084)	(14.097)	(38.865)
Total	(58.856)	(35.077)	(213.533)	(228.545)

d) Passivo Fiscal Diferido

	Banco		Consolidado	
	30.06.2015	30.06.2014	30.06.2015	30.06.2014
Decorrentes de superveniência de depreciação de operações de arrendamento mercantil	-	-	43.313	303.321
Marcação a mercado	67.618	114.873	153.442	202.602
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	67.618	114.873	196.755	505.923
Imposto de Renda	42.261	71.796	139.214	429.948
Contribuição Social	25.357	43.077	57.541	75.975

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

Ativado	Banco		Consolidado	
	31.12.2014	1º Semestre/2015	30.06.2015	30.06.2014
Banco	Saldo	Líquida no Período	Saldo	Saldo
Diferenças temporárias	1.633.973	227.276	1.861.249	1.588.949
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	890.007	126.694	1.016.701	915.066
Provisões passivas	343.479	(27.167)	316.312	448.316
Marcação a mercado (a)	388.769	129.312	518.081	221.989
Outras provisões	11.718	(1.563)	10.155	3.128
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	411.152	(27.072)	384.080	289.766
Total dos Créditos Tributários Ativos	2.045.125	200.204	2.245.329	1.878.265
Imposto de Renda	1.276.637	124.268	1.400.905	1.175.467
Contribuição Social	768.488	75.936	844.424	702.798
Total	31.12.2014	1º Semestre/2015	30.06.2015	30.06.2014
Consolidado	Saldo	Líquida no Período	Saldo	Saldo
Diferenças temporárias	5.405.751	159.349	5.565.100	5.594.568
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	3.846.459	117.969	3.964.428	3.685.276
Provisões passivas	952.200	(53.038)	899.162	1.156.155
Marcação a mercado (a)	585.899	95.516	681.414	294.264
Outras provisões	21.193	(1.098)	20.096	53.873
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	1.251.111	(84.248)	1.166.683	868.276
Total dos Créditos Tributários Ativos	6.656.862	74.921	6.731.783	6.462.844
Imposto de Renda	4.354.834	34.730	4.389.564	4.257.272
Contribuição Social	2.302.028	40.191	2.342.219	2.205.572
(a) A parcela de R\$ 174.706 (do total de R\$ 518.081) e R\$ 224.945 (do total de R\$ 681.414) decorrente de ajuste a Valor de Mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, registrado em conta de Patrimônio Líquido.				
Não Ativado				
Crédito tributário no exterior	-	-	9.382	6.021
Total dos Créditos Tributários não Ativos			9.382	6.021
Imposto de Renda	-	-	5.864	3.763
Contribuição Social	-	-	3.518	2.258

Em 30 de junho de 2015, o saldo não constituído de crédito tributário é de R\$ 9.382 (R\$ 6.021 em 30.06.2014), o qual será registrado quando atender aos aspectos regulatórios e apresentar efetiva perspectiva de realização.

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado no 1º semestre de 2015.

18. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

CAPTAÇÕES	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	Banco		Consolidado	
						30.06.2015	30.06.2014	30.06.2015	30.06.2014
Debêntures									
Pós-fixado	R\$	380	100,00% do DI	04/2011	04/2016	-	-	281	1.507.283
Letras de Crédito Imobiliário									
Pré-fixado	R\$	5.200	12,10% a 12,90% a.a.	11/2014	03/2017	426.619	520.922	426.619	520.922
Pós-fixado	R\$	404.250	88,00% a 100,00% do DI	04/2014	08/2019	420.515	520.922	420.515	520.922
Pós-fixado	R\$	630	5,03% a 6,40% a.a. + IPCA	02/2015	03/2017	659	-	659	-
Letras de Crédito do Agronegócio									
Pré-fixado	R\$	31.636	11,76% a 13,52% a.a.	02/2014	01/2021	32.525	4.696	32.525	4.696
Pós-fixado	R\$	2.830.627	85,00% a 98,50% a.a. do DI	12/2007	12/2022	3.004.803	2.491.117	3.004.803	2.491.117
Pós-fixado	R\$	13.337	3,65% a 6,66% a.a. + IPCA	07/2014	06/2017	12.936	-	12.936	-
Letras Financeiras									
Pré-fixado	R\$	707.965	8,95% a 14,65% a.a.	07/2011	02/2024	836.325	768.939	836.325	768.939
Pós-fixado	R\$	10.436.196	104,00% a 112,02% do DI	04/2019	11.745.565	11.546.980	11.546.980	11.546.980	11.546.980
Pós-fixado	R\$	339.303	3,17% a 7,42% a.a. + IPCA	01/2012	02/2017	422.480	377.247	422.480	377.247
Pós-fixado	R\$	11.867	3,67% a 5,90% a.a. + IGPM	09/2015	06/2016	13.349	13.349	13.349	13.349
Pós-fixado	R\$	30.000	109,30% da Selic	04/2012	04/2015	-	96.168	-	96.168
Operações estruturadas									
Pré-fixado	R\$	30.378	11,25% a.a.	06/2014	06/2015	-	30.567	-	30.567
Obrigações por TVM no Exterior									
Pré-fixado	R\$	911.207	6,25% a 19,77% a.a.	10/2009	07/2020	7.196.608	6.104.336	7.196.608	6.104.336
Pós-fixado	R\$	4.097	86,00% a 101,40% do DI	02/2012	02/2017	4.649	4.649	4.649	4.649
Com variação cambial	USD	2.098.160	0,22% a 5,53% a.a. + variação cambial	09/2006	06/2020	6.072.932	4.907.166	6.072.932	4.907.166
Com variação cambial	EUR	1.000	No Coupon + variação cambial	01/2015	07/2015	-	3.457	-	3.457
Total						23.691.210	21.953.330	23.691.491	23.460.613
Passivo circulante						13.342.508	11.294.211	13.342.789	12.800.989
Passivo não circulante						10.348.702	10.659.119	10.348.702	10.659.624

19. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

Obrigações legais (Nota 26d)
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar
Provisão para demandas fiscais (Nota 26a)
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros
Impostos e contribuições a recolher
Passivo fiscal diferido (Nota 23d)
Total
Passivo circulante
Passivo não circulante

(a) Em agosto de 2014 foram incluídos na anistia da Receita Federal, proveniente da reabertura da Lei nº 11.941/2009, os débitos de IRPJ/CSLL sobre a dedutibilidade da COFINS depositados judicialmente. Foi protocolada a desistência dos processos judiciais que discutem os assuntos e aguarda-se a conversão de parte do depósito judicial em renda da União e consequente levantamento do valor anistado. Os valores provisionados em contas de passivos contingentes foram revertidos integralmente e foi contabilizado o montante equivalente à parte do depósito a ser levantado pela União na conta de impostos e contribuições sobre lucros a pagar.

b) Dívidas Subordinadas

Captações Certificado de Depósitos Bancários

	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data da captação	Vencimento
--	---------------	------------------	------------------	------------

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

- b) **Incentivo de Longo Prazo:** plano com duração de 4 anos, que consiste na concessão de Unidades de Investimentos (denominadas "ações virtuais") da Companhia baseado na performance de cada ano. São elegíveis ao plano os diretores e os empregados de nível executivo.
- c) **Programa de Compra de Ações Virtuais:** plano com duração de 4 anos, onde todos os diretores e empregados têm a oportunidade de investir parte ou totalidade da remuneração variável disponível em Unidades de Investimentos (denominadas "ações virtuais") da Companhia e, em contrapartida, a Companhia entrega de forma progressiva Unidades de Investimentos adicionais. No primeiro semestre de 2015 foram reconhecidos no resultado, em Despesas de Pessoal - Proventos R\$ 77.625 (R\$ 93.365 no primeiro semestre de 2014) em relação às transações de incentivos de longo prazo. Essa despesa decorre de acordos celebrados com alguns colaboradores do Conglomerado, em conformidade com a política de remuneração. Os incentivos geralmente tornam-se de direito entre 1 e no máximo 4 anos contados da data da concessão, considerando-se que os titulares estejam empregados no Conglomerado durante o período, cuja liquidação ocorre em espécie.

No primeiro semestre de 2015, ocorreram pagamentos no valor de R\$ 36.284, sendo R\$ 27.652 referente ao Programa de Remuneração de Longo Prazo de 2012 e R\$ 8.632 referente ao Programa de Remuneração de Longo Prazo de 2013. Em 30 de junho de 2015, o Conglomerado registrou na rubrica de Outras obrigações - Diversas - Provisão para pagamentos a efetuar o montante de R\$ 222.637 (R\$ 121.841 em 30 de junho de 2014).

Cálculo do valor justo

No primeiro semestre de 2015, o Conglomerado concedeu 133.568.900 (56.283.522 em 30 de junho de 2014) ações virtuais aos diretores e empregados. O valor inicial das ações virtuais foi calculado sobre o Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2014, onde foi atribuído o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) para cada unidade de ação virtual. O valor da ação virtual é calculado, no mínimo, trimestralmente com base nos resultados do Conglomerado e dos registros efetuados diretamente em contas do Patrimônio líquido por determinação das práticas contábeis vigentes. No valor do referido Patrimônio líquido serão excluídas as movimentações não recorrentes, que serão avaliadas individualmente e submetidas ao Comitê de Remuneração para deliberação quanto à sua exclusão ou não do cálculo do Patrimônio base para a valorização da ação virtual.

26. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Ativos Contingentes
Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, conforme Resolução CMN nº 3.823/2009.

Ações Trabalhistas
O Conglomerado é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

Ações Fiscais

O Conglomerado está sujeito, em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias, a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo, composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidade), e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISS, IRPJ, CSLL, PIS/COFINS e Contribuições Previdenciárias/Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

Ações de Natureza Cível

Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

a) Provisões para Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis - Prováveis

Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/2009, o Conglomerado constitui provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis com risco de perda "provável".

Movimentações nas provisões para demandas fiscais, cíveis, trabalhistas classificadas como prováveis

Banco	1º Semestre/2015		1º Semestre/2014	
	Fiscais	Cíveis	Fiscais	Cíveis
Demandas fiscais				
Saldo inicial	2.577		194.029	
Atualização monetária	62	7.511	62	7.511
Saldo final	2.639		201.540	
Demandas cíveis				
Saldo inicial	1.234	706		
Constituições	18	662	18	662
Reversão da provisão	(41)	(190)	(41)	(190)
Baixa por pagamento	–	(4)	–	(4)
Atualização monetária	54	26	54	26
Saldo final	1.265	1.200		
Demandas trabalhistas				
Saldo inicial	121.659	43.858		
Constituições	56.812	44.110	56.812	44.110
Reversão da provisão	(a) (24.122)	(1.157)	(24.122)	(1.157)
Baixa por pagamento	(a) (15.697)	(2.237)	(15.697)	(2.237)
Atualização monetária	8.431	3.412	8.431	3.412
Saldo final	147.883	87.986		
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	150.987	290.726		
Consolidado				
	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014		
Demandas fiscais				
Saldo inicial	71.557	573.264		
Constituições	82	45.516	82	45.516
Reversão da provisão	(22.858)	(3.473)	(22.858)	(3.473)
Baixa por pagamento	(7.734)	(1.023)	(7.734)	(1.023)
Atualização monetária	1.883	40.980	1.883	40.980
Saldo final	42.930	655.264		
Demandas cíveis				
Saldo inicial	324.967	327.696		
Constituições	59.734	87.058	59.734	87.058
Reversão da provisão	(37.739)	(44.972)	(37.739)	(44.972)
Baixa por pagamento	(50.690)	(49.503)	(50.690)	(49.503)
Atualização monetária	29.360	17.026	29.360	17.026
Saldo final	325.632	337.305		
Demandas trabalhistas				
Saldo inicial	961.854	751.257		
Constituições	219.315	172.494	219.315	172.494
Reversão da provisão	(a) (110.545)	(6.129)	(110.545)	(6.129)
Baixa por pagamento	(a) (86.480)	(32.989)	(86.480)	(32.989)
Atualização monetária	49.216	47.254	49.216	47.254
Saldo final	1.033.360	876.887		
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	1.401.922	1.869.456		

(a) As reversões e baixas das contingências trabalhistas referem-se, basicamente, a indenizações trabalhistas por acordos.

Cronograma esperado de desembolsos

	Banco			Consolidado		
	30.06.2015	Fiscais	Cíveis	30.06.2015	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	147.083	2.639	1.265	1.033.360	42.150	325.632
De 5 a 10 anos	–	–	–	–	780	–
Total	147.083	2.639	1.265	1.033.360	42.930	325.632

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisdição dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

- b) **Passivos Contingentes - Possíveis**
Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação do Banco. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

	Banco		Consolidado	
	30.06.2015	30.06.2014	30.06.2015	30.06.2014
Demandas Fiscais	(a) 499.835	371.098	1.094.196	779.019
Demandas Cíveis	(b) 8.516	6.511	34.037	20.593
Demandas Trabalhistas	(c) 399.757	242.274	1.215.280	1.383.852
Total	908.108	619.883	2.343.513	2.183.464

(a) No Consolidado referem-se basicamente: a) IRPJ/CS sobre equivalência patrimonial de investimentos no exterior R\$ 216.638 (R\$ 203.515 em 30 de junho de 2014); b) INSS sobre PLR R\$ 222.952 (R\$ 151.582 em 30 de junho de 2014); c) IRPJ de excesso de destinação ao FINOR (2004 a 2010) R\$ 97.303 (R\$ 109.968 em 30 de junho de 2014); d) ISS R\$ 10.768 (R\$ 10.762 em 30 de junho de 2014); e) INSS sobre Participações nos Lucros e Resultados - Nassau Branch R\$ 37.841 (R\$ 46.247 em 30 de junho de 2014); f) PIS /COFINS sobre desmaturalização R\$ 35.096 (R\$ 33.316 em 30 de junho de 2014); g) IRPJ/CS sobre compensação indevida de prejuízo fiscal - Gratificações a diretores estatutários R\$ 26.354 (R\$ 25.022 em 30 de junho de 2014); h) IRPJ/CSLL - Dedução PDD 2008 R\$ 96.402 (R\$ 92.229 em 30 de junho de 2014); i) Multa de Infração (não homologação de DCOMP) R\$ 120.204; j) CSLL - Exclusão Indevida na BC de Juros de Títulos de Governos Estrangeiros R\$ 116.014; k) IRPJ/CSLL - Exclusão indevida de ágio na aquisição de Títulos de Governos Estrangeiros (2010) R\$ 20.097; Exclusão dos Juros - Títulos de Governos Estrangeiros: Autos de Infração lançando valores de CSLL do ano de 2009 (em 12/2014) e de 2010 (em 05/2015), referente a juros auferidos com os Títulos de Governos Estrangeiros (Dinamarca, Espanha e Áustria) excluídos da sua base de cálculo; Amortização do Ágio na Aquisição de Títulos de Governos Estrangeiros - Auto de infração decorrente de ajustes no Lucro Líquido para apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, os quais não consideraram os lançamentos de amortização do ágio nas contas de Rendas, acarretando uma exclusão a maior do que o efetivamente foi levado ao resultado, como Rendas de Juros sobre Títulos no Exterior, em R\$ 28.443. Valor glossado e lançados de ofício os valores de R\$ 10.772 de IRPJ (R\$ 10.822 em 06/2015) e R\$ 9.233 de CSLL (R\$ 9.276 em 06/2015).

(b) No Consolidado referem-se, basicamente, às ações de cobrança.

(c) No Consolidado referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

c) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	Banco		Consolidado	
	30.06.2015	30.06.2014	30.06.2015	30.06.2014
Demandas Fiscais	233.516	212.333	639.193	584.261
Demandas Cíveis	1.638	35	187.563	103.026
Demandas Trabalhistas	15.358	11.970	219.763	138.231
Total	250.512	224.338	1.046.519	825.518

d) Obrigações Legais

O Conglomerado mantém registrado em contas específicas de Obrigação Legal o montante de R\$ 4.387 (R\$ 11.149 em 30 de junho de 2014) relativo às seguintes ações:

- d.1) PIS LC 07/70 - BV Financeira S.A. CFI**
A BV Financeira S.A. - CFI impetrou Mandado de Segurança visando o reconhecimento ao direito líquido e certo de recolher a contribuição para o PIS na forma do disposto na Lei Complementar nº 7/70, no período compreendido entre 01/07/1997 até 90 dias antes da publicação da Emenda Constitucional nº 17/97. Ademais, requereu-se que, para o período posterior (de março/1998 a dezembro/1999), referida contribuição fosse recolhida sobre a receita bruta operacional.

Atualmente, o Mandado de Segurança está suspenso no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, aguardando o STF proferir decisão em recurso representativo de controvérsia, decisão esta que deverá ser replicada em todos os casos que versem sobre a mesma matéria e que estejam pendentes de julgamento perante o Poder Judiciário.

Para referido processo tem o montante de R\$ 671 (R\$ 649 em 30 de junho de 2014).

- d.2) ISS Sobre Garantias Prestadas - Banco Votorantim S.A.**

O Banco Votorantim ajuizou Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária acumulada com Repetição de Indébito, na qual se visa afastar a incidência do ISS sobre receitas oriundas de operações de avia, fiança e outras garantias prestadas, bem como obter a restituição dos valores pagos a tal título nos últimos cinco anos. Como o pedido de tutela antecipada foi indeferido pelo juiz de primeiro grau, o Banco passou a realizar mensalmente o depósito judicial dos valores discutidos, com vistas a suspender a exigibilidade do crédito tributário. Atualmente, aguarda-se a prolação de Sentença.

Para referido processo temos o montante de R\$ 3.716.

- e) Ações Cíveis públicas**
O Conglomerado possui contingências passivas envolvendo ações cíveis públicas em que, baseado na opinião de assessores jurídicos e no julgamento da Administração, o risco de perda é considerado possível. Em função do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinado com suficiente segurança.
- Os principais temas discutidos nessas ações referem-se à cobrança de tarifas e questões envolvendo crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS.

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupadas principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados nas atividades diárias do Conglomerado, através de um processo organizado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
 - Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
 - Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
 - Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
 - Envolvimento da Alta Administração.
- b) Risco de Crédito**
Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.
- c) Risco de Liquidez**
O risco de liquidez é definido pela:
- Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
 - Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.
- d) Risco Operacional**
Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à instituição.
- e) Risco de Mercado**
Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de commodities.
- f) Gerenciamento de Capital**
Segundo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Instituição adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital de forma consolidada visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.
- Em linha com a Resolução CMN nº 3.988 e a Circular BACEN nº 3.547, a instituição dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

Suficiência de Capital (visão Regulatória)

A gestão do capital na instituição é realizada de forma consolidada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição. Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a instituição elabora anualmente um plano de Capital consolidado considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações ativas.

Mensalmente após a apuração do capital (Patrimônio de Referência) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os Índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal).

Índices de Capital
Os índices de capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

Destaca-se que a partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

- i - nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;
 - ii - nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.
- Desde janeiro de 2014, a Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência:
- (i) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
 - (ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
 - (iii) ativos atuais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
 - (iv) participação de não controladores;
 - (v) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
 - (vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
 - (vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
 - (viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo

deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Financeiro, e o Conglomerado Prudencial a partir de 01/01/2015, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013.

Para fins de comparação, são apresentadas a seguir as informações do Índice de Basileia tanto para o Conglomerado Financeiro quanto para o Conglomerado Prudencial.

	30.06.2015		30.06.2014	
	Prudencial	Financeiro	Prudencial	Financeiro
Índice de Basileia	10.967.143	10.967.143	11.052.446	11.052.446
PR - Patrimônio de Referência	7.105.058	7.105.058	7.256.196	7.256.196
Nível I	7.105.058	7.105.058	7.256.196	7.256.196
Capital Principal	7.105.058	7.105.058	7.256.196	7.256.196
Patrimônio Líquido	7.847.066	7.847.066	7.586.575	7.586.575
Ajustes Prudenciais	(42.008)	(742.008)	(330.379)	(330.379)
Ativos diferidos	(40.110)	(40.110)	(47.635)	(47.635)
Outros	(699.555)	(699.555)	(282.744)	(282.744)
Ajustes ao valor de mercado	(2.343)	(2.343)	–	–
Nível II	3.862.085	3.862.085	3.796.250	3.796.250
Dividas Subordinadas Elegíveis a Capital	3.862.085	3.862.085	3.796.250	3.796.250
Dividas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/2013	639.883	639.883	113.733	113.733
Dividas subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN nº 4.192/2013 (a) (b)	3.222.202	3.222.202	3.682.517	3.682.517
Recursos captados no exterior	1.884.476	1.884.476	2.153.688	2.153.688
Recursos captados com CDB	272.451	272.451	311.374	311.374
Recursos captados com Letras Financeiras	1.065.275	1.065.275	1.217.456	1.217.456
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	73.786.152			